

**CONSELHO DE ARQUITETURA E
URBANISMO DO MARANHÃO - CAU/MA**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO MARANHÃO - CAU/MA

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Balancos financeiros

Balancos orçamentários

Demonstrações das variações patrimoniais

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho Federal e ao Conselho Diretor
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão - CAU/MA
São Luís - MA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão - CAU/MA** (“Entidade” ou “Conselho”), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão - CAU/MA** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações, as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades do Setor Público (NBCASP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. A referida norma deverá nortear toda a contabilidade pública no Brasil, em convergência as internacionalmente aceitas, incluindo os principais conceitos que orientam a seleção das bases de mensuração de ativos e passivos das Entidades do Setor Público. Os efeitos decorrentes dessa normatização devem ser aplicados às demonstrações contábeis a partir de 1º de janeiro de 2017. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Saldos correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por nós, o qual emitimos relatório de auditoria, em 29 de abril de 2016, com modificação na opinião em relação aos seguintes assuntos: i) fundamentação quanto à vida útil dos bens do ativo imobilizado; e ii) ausência de divulgação de determinadas informações às demonstrações contábeis. Entretanto, conforme mencionado na seção “Ênfase”, o CFC publicou a NBC TSP - Estrutura Conceitual e os efeitos devem ser aplicados pela administração do CAU/MA a partir de 1º de janeiro de 2017.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades do Setor Público (NBCASP), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 31 de março de 2017.

CAU - MA

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO MARANHÃO

CNPJ: 14.968.163/0001-77

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Balanco Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2015 à 31/12/2015

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	749.631,61	222.302,80	PASSIVO CIRCULANTE	54.015,81	121.629,97
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	146.388,50	158.133,83	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	11.245,30	62.391,34
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	600.702,10	61.627,96	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.541,01	2.541,01	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	14.285,38
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	167,16	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	26.929,06	36.351,62
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	163.542,15	193.681,83	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	15.674,29	8.601,63
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	163.542,15	193.681,83	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	186.737,15	186.737,15	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	60.000,00	60.000,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	83.195,00	53.055,32	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	54.015,81	121.629,97

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	859.157,95	294.354,66
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	859.157,95	294.354,66

TOTAL	913.173,76	415.984,63	TOTAL	913.173,76	415.984,63
ATIVO FINANCEIRO	146.388,50	107.619,52	PASSIVO FINANCEIRO	72.936,09	85.278,35
ATIVO PERMANENTE	766.785,26	308.365,11	PASSIVO PERMANENTE	0,00	36.351,62
SALDO PATRIMONIAL				840.237,67	294.354,66

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	73.452,41	22.341,17

CAU - MA

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO MARANHÃO

CNPJ: 14.968.163/0001-77

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	969.844,86	862.606,25	Despesa Orçamentária	942.318,87	1.054.202,09
RECEITA REALIZADA	969.844,86	862.606,25	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	18.920,28	
RECEITA CORRENTE	969.844,86	862.606,25	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	11.245,30	1.054.202,09
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	329.184,99	299.314,75	CREDITO EMPENHADO – PAGO	912.153,29	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	329.184,99	299.314,75	DESPEZA CORRENTE	912.153,29	
ANUIDADES	329.184,99	299.314,75	PESSOAL	587.298,69	
RECEITA DE SERVIÇOS	303.345,65	317.233,97	MATERIAL DE CONSUMO	2.160,97	
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	1.805,48	2.091,34	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	42.222,00	
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIFICADOS		1.656,25	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	189.354,58	
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	301.540,17	313.486,38	ENCARGOS DIVERSOS	15.887,05	
FINANCEIRAS	44.085,17	48.712,38	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	75.230,00	
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	12.971,23		CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO		1.054.202,09
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	31.113,94	48.712,38	DESPEZA CORRENTE		1.054.202,09
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES		8.593,51	PESSOAL		712.277,41
MULTAS SOBRE ANUIDADES	16.979,63	15.270,45	MATERIAL DE CONSUMO		9.318,59
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	14.134,31	24.848,42	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		59.452,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	293.229,05	194.418,95	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		185.483,37

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		2.926,20	ENCARGOS DIVERSOS		15.286,00
MULTAS DE INFRAÇÕES		2.530,76	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		72.384,72
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS		395,44	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR		
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	129.964,08	1.149.044,11	Pagamentos Extraorçamentários	169.235,40	1.068.302,69
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	18.920,28		Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		
Inscrição de Restos a Pagar Processados	11.245,30		Pagamentos de Restos a Pagar Processados	76.676,72	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	96.639,63		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	89.566,97	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	3.158,87		Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.991,71	
Saldo em espécie do Exercício Anterior	158.133,83	268.988,25	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	146.388,50	158.133,83
Caixa e Equivalente de Caixa	158.133,83		Caixa e Equivalente de Caixa	146.388,50	
Depósitos. Rest. Vlr's Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr's Vinculados		
Total:	1.257.942,77	2.280.638,61		1.257.942,77	2.280.638,61

CAU - MA

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO MARANHÃO

CNPJ: 14.968.163/0001-77

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
RECEITA CORRENTE		1.028.009,00	942.698,78	969.844,86	27.146,08		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES		340.845,00	349.840,85	329.184,99	-20.655,86		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		340.845,00	349.840,85	329.184,99	-20.655,86		
ANUIDADES		340.845,00	349.840,85	329.184,99	-20.655,86		
RECEITA DE SERVIÇOS		370.579,00	272.938,87	303.345,65	30.406,78		
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES		0,00	853,07	1.805,48	952,41		
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT		370.579,00	272.085,80	301.540,17	29.454,37		
FINANCEIRAS		32.074,00	34.365,01	44.085,17	9.720,16		
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES		3.414,80	7.449,60	12.971,23	5.521,63		
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA		28.659,20	26.915,41	31.113,94	4.198,53		
MULTAS SOBRE ANUIDADES		13.659,20	14.208,34	16.979,63	2.771,29		
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		15.000,00	12.707,07	14.134,31	1.427,24		
TRANSFERENCIAS CORRENTES		284.511,00	285.554,05	293.229,05	7.675,00		
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00	0,00		
SUB-TOTAL DAS RECEITAS		1.028.009,00	942.698,78	969.844,86	27.146,08		
DÉFICIT		0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL		1.028.009,00	942.698,78	969.844,86	27.146,08		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE		1.008.953,00	942.698,78	942.318,87	923.398,59	912.153,29	379,91

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
PESSOAL	588.250,00	598.544,01	598.543,99	598.543,99	587.298,69	0,02
PESSOAL E ENCARGOS	557.000,00	587.106,01	587.105,99	587.105,99	575.860,69	0,02
DIÁRIAS	31.250,00	11.438,00	11.438,00	11.438,00	11.438,00	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	11.500,00	2.160,97	2.160,97	2.160,97	2.160,97	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	11.500,00	2.160,97	2.160,97	2.160,97	2.160,97	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	48.350,00	42.222,00	42.222,00	42.222,00	42.222,00	0,00
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	10.500,00	21.000,00	21.000,00	21.000,00	21.000,00	0,00
DIÁRIAS	37.850,00	21.222,00	21.222,00	21.222,00	21.222,00	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	268.462,00	208.378,86	208.274,86	189.354,58	189.354,58	104,00
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	60.000,00	57.880,00	57.880,00	50.880,00	50.880,00	0,00
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	4.500,00	3.400,00	3.400,00	3.400,00	3.400,00	0,00
SERVIÇOS PRESTADOS	147.642,00	136.138,87	136.034,87	124.114,59	124.114,59	104,00
PASSAGENS	56.320,00	10.959,99	10.959,99	10.959,99	10.959,99	0,00
ENCARGOS DIVERSOS	12.660,00	16.162,94	15.887,05	15.887,05	15.887,05	275,89
ENCARGOS DIVERSOS	12.660,00	16.162,94	15.887,05	15.887,05	15.887,05	275,89
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	79.731,00	75.230,00	75.230,00	75.230,00	75.230,00	0,00
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	75.231,00	75.230,00	75.230,00	75.230,00	75.230,00	0,00
CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	19.056,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	1.028.009,00	942.698,78	942.318,87	923.398,59	912.153,29	379,91
SUPERÁVIT	0,00	0,00	27.525,99	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.028.009,00	942.698,78	969.844,86	923.398,59	912.153,29	-27.146,08

Variações Patrimoniais

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.508.919,00	829.414,19	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	939.507,71	1.100.381,00
CONTRIBUIÇÕES	738.035,92	282.549,00	PESSOAL E ENCARGOS	577.683,43	716.248,64
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	738.035,92	282.549,00	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	577.683,43	716.248,64
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	738.035,92	282.549,00	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	577.683,43	716.248,64
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	424.080,26	317.113,45	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	286.594,28	311.747,64
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	424.080,26	317.113,45	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	2.160,97	9.318,59
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	424.080,26	317.113,45	CONSUMO DE MATERIAL	2.160,97	9.318,59
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	53.573,77	48.712,38	SERVIÇOS	258.901,63	279.201,37
JUROS E ENCARGOS DE MORA	12.951,51	0,00	DIARIAS	32.660,00	47.962,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	12.951,51	0,00	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	31.959,99	71.940,14
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00	8.593,51	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	194.281,64	159.299,23
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00	8.593,51	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	25.531,68	23.227,68
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	40.622,26	40.118,87	DEPRECIACAO	25.531,68	23.227,68
MULTAS SOBRE ANUIDADES	40.622,26	40.118,87	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	75.230,00	72.384,72
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	293.229,05	178.092,28	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	75.230,00	72.384,72
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	293.229,05	178.092,28	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	75.230,00	72.384,72
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	293.229,05	178.092,28			
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	2.947,08			
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	395,44			
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	395,44			
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	2.551,64			
MULTAS ADMINISTRATIVAS	0,00	2.530,76			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	20,88			
Total das Variações Ativas :	1.508.919,00	829.414,19	Total das Variações Passivas :	939.507,71	1.100.381,00
RESULTADO PATRIMONIAL					

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Déficit do Exercício		270.966,81	Superávit do Exercício	569.411,29	
Total	1.508.919,00	1.100.381,00	Total	1.508.919,00	1.100.381,00

São Luís-MA, 31 de dezembro de 2016

Hermes da Fonseca Neto
 Presidente
 CAU/MA nº A13804-5
 187.277.782-15

Gladstone Mapurunga e Silva Júnior
 Diretor Financeiro
 CAU/MA nº A38015-6
 521.668.643-68

Liene de Jesus C. Praseres Ferreira
 Contadora
 CRC/MA nº 8880
 959.454.823-15

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	969.844,86	862.606,25
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	329.184,99	299.314,75
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	329.184,99	299.314,75
ANUIDADES	329.184,99	299.314,75
RECEITA DE SERVIÇOS	303.345,65	317.233,97
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	1.805,48	2.091,34
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIFICADOS	0,00	1.656,25
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	301.540,17	313.486,38
FINANCEIRAS	44.085,17	48.712,38
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	12.971,23	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	31.113,94	48.712,38
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	0,00	8.593,51
MULTAS SOBRE ANUIDADES	16.979,63	15.270,45
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	14.134,31	24.848,42
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	293.229,05	194.418,95
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	2.926,20
MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	2.530,76
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	395,44
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	1.149.044,11
OUTROS INGRESSOS	99.798,50	0,00
DESEMBOLSOS		
CREDITO EMPENHADO – PAGO		
DESPESA CORRENTE	912.153,29	0,00
PESSOAL	587.298,69	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	2.160,97	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	42.222,00	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	189.354,58	0,00
ENCARGOS DIVERSOS	15.887,05	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	75.230,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	1.054.202,09
PESSOAL	0,00	712.277,41
MATERIAL DE CONSUMO	0,00	9.318,59
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	59.452,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	185.483,37
ENCARGOS DIVERSOS	0,00	15.286,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	72.384,72
DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	1.068.302,69
OUTROS DESEMBOLSOS	169.235,40	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-11.745,33	-110.854,42
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Crédito Empenhado Pago		
Crédito Empenhado Liquidado		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-11.745,33	-110.854,42
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	158.133,83	268.988,25
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	146.388,50	158.133,83

São Luís-MA, 31 de dezembro de 2016

Hermes da Fonseca Neto

Presidente

CAU/MA nº A13804-5

187.277.782-15

Gladstone Mapurunga e Silva Júnior

Diretor Financeiro

CAU/MA nº A38015-6

521.668.643-68

Liene de Jesus C. Praseres Ferreira

Contadora

CRC/MA nº 8880

959.454.823-15

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão - CAU MA, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral, Resolução CAU BR nº 033/2012.

O Conselho está localizado está localizada na Rua dos Abacateiros, nº 01 Ed. Rio Anil, lojas 03 e 04, Jardim São Francisco, São Luís -MA.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.3*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Contas a receber de anuidades

As contas a receber de anuidades são inicialmente reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária referente a previsão de receitas dos profissionais ativos no banco de dados do CAU MA, entretanto, os valores são ajustados aos valores efetivamente realizados/arrecadados ao final do encerramento do exercício. Quando há necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos, a administração realiza uma análise individualizado de cada caso.

3.3. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Edificações/Salas	25
Máquinas e equipamentos	5
Veículos	8
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Utensílios de copa e cozinha	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.5. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.6. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

3.8. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.09. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.10. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.11. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.12. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa		
Banco conta movimento	64.123,70	3.818,93
Aplicações financeiras	82.264,80	131.655,82
	<u>146.389</u>	<u>135.475</u>

As contas desse grupo estão classificadas conforme o grau de liquidez de realização, cconforme pode ser comprovado através do livro razão, das conciliações bancárias e dos extratos bancários.

5. Créditos de curto prazo

	2016	2015
Contas a receber de anuidades	600.702,10	61.627,96
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa		
	<u>600.702</u>	<u>61.628</u>

6. Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2016	2015
Terrenos				
Imóveis		6.912,00	60.000,00	60.000,00
Instalações				
Veículos		25.650,00	76.000,00	76.000,00
Móveis e utensílios		19.801,27	58.415,85	58.415,85
Equipamentos de informática		22.270,42	40.249,30	40.249,30
Benfeitorias em imóveis de terceiros				
Obras em andamento				
Máquinas e Equipamentos		7.976,97	11.323,00	11.323,00
Outros		584,34	749	749
Total	-	<u>83.195</u>	<u>245.988</u>	<u>245.988</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.
Assim como também não houve nem adições e nem baixas do imobilizado.

7. Fornecedores a pagar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores a curto prazo	0	14.285,38
Fornecedor de materiais		
Outros fornecedores		
	<u>-</u>	<u>14.285</u>

8. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários e encargos sociais	11.245,30	62.391,34
Provisão para férias e encargos sociais	26.929,06	36.351,62
IRRF a recolher		
PIS e COFINS a recolher		
Outros impostos a recolher	15.674,29	8.601,63
	<u>26.929</u>	<u>107.345</u>
Passivo circulante	54.015,81	121.629,97
Passivo não circulante		
	<u>54.016</u>	<u>121.630</u>

9. Partes relacionadas

Os cargos de Conselheiros do CAU/MA são honoríficos, não há remuneração/salário para exercício dos Cargos, conforme Lei 12.378:

“Art. 40. exercício das funções de presidente e de conselheiro do CAU/BR e dos CAUs não será remunerado.”

Não há benefício concedido de uso de veículos aos diretores e conselheiros desta Aurtarquia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de Reais)

10. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.508.919	829.414
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(939.508)	(1.100.381)
(=) Superávit Patrimonial apurado		
	569.411	(270.967)
Resultado Orçamentário	2016	2015
Receita Orçamentária Arrecadada	969.845	862.606
(-) Despesas Empenhadas	(942.319)	(1.504.202)
(=) Superávit Orçamentário Apurado		
	27.526	(641.596)
Resultado Financeiro	2016	2015
Saldo Disponível Apurado	146.388,50	135.474,75
(-) Passivo Financeiro	(72.936)	(85.278)
(=) Superávit Financeiro Apurado		
	73.452	22.341
	146.905	72.538

11. Relacionamento com os auditores independentes

A Autarquia não contratou com seus auditores independentes outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis realizada pelo CAU-BR

13. Gestão de Risco Financeiro

As operações financeiras do órgão são realizadas por intermédio da área financeira, de acordo com as normas internas.

As aplicações, os resgates, os pagamentos são de responsabilidade dos ordenadores de despesas. Toda a movimentação financeira é realizada pelo Setor Financeiro após a autorização dos ordenadores de despesas.

a) Risco de mercado

Para o CAU/MA não existe o risco de mercado, em razão de que as aplicações financeiras são realizadas em rendas fixas, cujas alterações no decorrer do exercício são insignificantes.

b) Risco de Liquidez

Não existe risco de liquidez, uma vez que o CAU/MA não assumiu nenhum compromisso financeiro que não possa ser cumprido com os recursos financeiros disponíveis, além do controle de arrecadação e despesa mensalmente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

13. Eventos subsequentes

Se houver eventos subsequentes de 1º de Janeiro até data de emissão do relatório de auditoria e, que seja necessário a sua divulgação, conforme CPC 24/IAS 10, deverá ser divulgada a informação, para fins de apresentação.

*

*

*